



Esta obra oferece um olhar inovador e instigante sobre um tema que, embora tradicional, não vinha recebendo a atenção que merecia por parte da doutrina: a repartição de competências legislativas entre os entes da Federação. Com o auxílio das ferramentas desenvolvidas pela dogmática contemporânea do Direito Constitucional, o autor lança nova luz sobre a questão, construindo uma teoria geral e oferecendo parâmetros mais seguros para a aplicação das normas de competência legislativa. Outro destaque é a abordagem dos conflitos entre regras de competência e das formas de resolvê-los – pontos que, até então, jamais haviam sido examinados profundamente no Brasil. Por tudo isso, não é exagero afirmar que este livro é de leitura indispensável a todos os que se interessam pelo Direito Constitucional.

THIAGO MAGALHÃES PIRES

Autor

AS COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Uma releitura de sua interpretação e da solução de seus conflitos à luz do Direito Constitucional contemporâneo

Prefácio

Luís Roberto Barroso

Área específica

Direito Constitucional.

Áreas afins

Direito Público.

Público-alvo

Juristas e operadores do direito em geral.

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000820

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas

Técnicas (ABNT):

PIRES, Thiago Magalhães. As competências legislativas na constituição de 1988: uma releitura de sua interpretação e da solução de seus conflitos à luz do Direito Constitucional contemporâneo.

1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 268p.

V795t Pires, Thiago Magalhães.

As competências legislativas na constituição de 1988: uma releitura de sua interpretação e da solução de seus conflitos à luz do Direito Constitucional contemporâneo. / Thiago Magalhães Pires – 1 ed. – Belo Horizonte: Fórum, 2015. 268p.

ISBN 978-85-450-0090-7

1. Direito Constitucional. 2. Direito Público.

I. Título. II. Pires, Thiago Magalhães.

CDD: 342

CDU: 342

SUMÁRIO

PREFÁCIO

A FEDERAÇÃO QUE AINDA NÃO FOI.....	17
I O autor e sua trajetória.....	17
II Algumas reflexões sobre a Federação brasileira.....	18
III As propostas do autor.....	20
IV Conclusão.....	21
Introdução	23

PRIMEIRA PARTE PREMISSAS TEÓRICAS

CAPÍTULO 1

O ESTADO FEDERAL	33
1 Introdução.....	33
2 As teorias sobre a federação.....	34
3 Elementos constitutivos das federações.....	37
3.1 Unidade soberana.....	37
3.2 Repartição territorial do exercício do poder político.....	41
3.3 Descentralização política.....	43
3.4 Autonomia constitucional.....	45
3.4.1 Autonomia não é sinônimo de soberania	45
3.4.2 A sede constitucional da autonomia federativa.....	47
3.4.3 O conteúdo da autonomia federativa.....	48
3.5 Instância neutra de solução de conflitos.....	51
3.6 Duas questões controvertidas.....	51
3.6.1 Participação dos entes periféricos na formação da vontade do ente central.....	51
3.6.2 Direito de secessão.....	55
4 Conceito de federação.....	57
5 Classificação, cooperação e caráter dinâmico das federações.....	57

CAPÍTULO 2

A SINDICABILIDADE JUDICIAL DO PACTO FEDE RATIVO	63
1 Introdução.....	63
2 As salvaguardas políticas do federalismo.....	65
3 Três possíveis justificativas para a insindicabilidade judicial das competências federativas.....	72
3.1 Doutrina das questões políticas.....	72
3.2 Desproporcionalidade da intervenção judicial.....	76
3.3 Procedimentalismo.....	78
4 Crítica: o compromisso possível e necessário.....	79

CAPÍTULO 3

A INTE RPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL HOJE.....	91
1 Introdução.....	91
2 A nova interpretação constitucional: revisitando os papéis do intérprete, dos fatos e da norma.....	94
2.1 O intérprete: de “boca da lei” à pessoa de carne e osso.....	94

2.2 A interpretação dos fatos e a importância do problema	98
2.3 Os textos e as normas.....	102
3 A importância da argumentação.....	106

SEGUNDA PARTE
INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS
LEGISLATIVAS

CAPÍTULO 1

A QUALIFICAÇÃO DAS LEIS	113
1 O que é a qualificação?.....	113
2 O processo de qualificação.....	115
2.1 A (necessária) fundamentação da qualificação.....	116
2.2 O objetivo e os elementos da qualificação.....	119
2.3 A qualificação múltipla.....	126
3 O processo de qualificação em etapas.....	136

CAPÍTULO 2

TEORIA DAS COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS	139
1 As normas de competência como matéria de procedimento.....	139
2 A estrutura das normas de competência.....	141
3 A atribuição de posições jurídicas pelas regras de competência.....	145
4 A regra de competência provisória é dotada da maior amplitude possível.....	150
5 O parâmetro geral de interpretação das competências legislativas.....	154

CAPÍTULO 3

PANO RAMA DAS COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS	157
1 Introdução.....	157
2 Competências privativas (ou exclusivas) e concorrentes (ou comuns)....	158
3 Competências explícitas (ou expressas) e implícitas.....	159
4 Competências enumeradas e genéricas (positivas e negativas).....	160
5 Competências para legislar sobre ramos do direito, definição de políticas públicas, institutos jurídicos, elementos fáticos determinados, organização de órgãos e entidades públicas e constituição ou desconstituição de situações jurídicas específicas.....	163

CAPÍTULO 4

PARÂMETROS ESPECÍFICOS PARA A INTERPRETAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS	167
1 Introdução.....	167
2 Interpretação das competências genéricas negativas (residuais).....	167
3 Interpretação das competências genéricas positivas.....	172
4 Interpretação das competências enumeradas.....	175
4.1 Disciplina de ramos do direito.....	175
4.2 Disciplina de políticas públicas.....	179
4.3 Disciplina de institutos jurídicos.....	180
4.4 Disciplina de objetos de fato determinados.....	183
4.5 Organização de entidades e órgãos estatais ou constituição e desconstituição de situações jurídicas específicas.....	185
5 Notas sobre a delegação legislativa do art. 22, parágrafo único.....	187

6 Interpretação das competências concorrentes.....	191
6.1 Observações gerais.....	192
6.2 Os Municípios e as competências concorrentes.....	194
6.3 Regime das demais competências federais para edição de “normas gerais”.....	195
6.4 Os limites impostos à competência da União.....	196
6.5 Os limites impostos à competência dos Estados e do Distrito Federal....	204

TERCEIRA PARTE
CONFLITOS DE COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS

CAPÍTULO 1

IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA	217
1 As antinomias jurídicas.....	217
2 Os conflitos entre as regras de competência.....	222
2.1 Conflitos negativos e positivos.....	223
2.2 Conflitos de primeiro e de segundo grau.....	224
2.3 Conflitos passivos e ativos.....	227
3 Parâmetros para a identificação e solução de conflitos entre competências federativas.....	231

CAPÍTULO 2

A SOLUÇÃO DE CONFLITOS NEGATIVOS E DE SEGUNDO GRAU	233
1 Introdução.....	233
2 Preferências federativas.....	234
2.1 Supremacia do direito federal.....	234
2.2 O “princípio” da subsidiariedade.....	238
3 Preferências de mérito.....	241
4 Ponderação.....	244
4.1 Parâmetros formais.....	247
4.1.1 Prioridade das competências enumeradas sobre as genéricas.....	247
4.1.2 Prioridade das competências privativas às concorrentes.....	248
4.1.3 Insuficiência das regras de preferência ou conflito entre seus resultados.....	249
4.2 Parâmetro material: predominância do interesse	250
5 Efeitos da solução do conflito: revogação, invalidade ou ineficácia?.....	254

REFERÊNCIAS.....	257
-------------------------	------------